

A violência não é apenas um conceito:

A violência real contra os populares em Campina Grande!

Antonio Clarindo Barbosa de Souza¹

Em tempos de violência simbólica exacerbada como a que atravessamos no início do século XXI, pensar as formas de violência física ocorridas entre nas décadas de 1970 e 1990 parece coisa distante e sem propósito aparente. Todavia, qualquer questão que os historiadores se coloquem sobre o passado tem, ou deve ter, uma pergunta que lhe incomode no presente. Embora este passado não seja tão longínquo, podendo seus resquícios ainda serem vistos ou sentidos hoje, pensar este passado ou sobre o passado nos faz refletir sobre como chegamos às formas de violência que encaramos hoje na outrora pacata Campina Grande.

Diante de arrombamentos de residências, explosões de agências bancárias, assaltos à mão armada por motoqueiros profissionais deste tipo de ação, nos perguntamos como e porque a cidade tornou-se assim violenta, ou melhor dizendo, por que foram possíveis os aumentos nos índices de violência.

Vistos a partir da perspectiva de hoje, segunda década do século XXI, os crimes e ocorrências policiais dos anos de 1970 podem parecer prosaicos e sem sentido. Mas é o historiador que, ao configurar o seu contexto histórico, dá ou oferece um sentido aos dados que a documentação apresenta. Os fatos policiais não são necessariamente fatos históricos. Eles estão lá nos jornais e nos processos crimes apenas como relatos, narrativas ou histórias de vidas de homens e mulheres que se chocaram com o poder judicial, policial e jornalístico em algum momento de suas vidas. Todavia, organizados pelo historiador dentro de um discurso argumentativo coerente, eles parecem ter um sentido lógico, histórico e que pretende dar uma lição às gerações futuras. A função do historiador não é contar os fatos tal qual eles ocorreram, mas sim tentar pensar, a partir

¹ Antonio Clarindo Barbosa de Souza, professor do PPGH/UFCEG e autor da tese de doutorado em História pela UFPE, 2002 – Lazers permitidos, prazeres proibidos: Sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965); Recife, UFPE, 2002.

dos fragmentos que foram deixados pelos antepassados, contar UMA história que faça sentido ou que tenha o sentido que lhe era dado à época em que ocorreram os acontecimentos.

Já nos alertava Keith Jenkins, que as explicações sobre o passado estão fragilmente condicionadas por quatro aspectos ou dificuldades:

...nenhum historiador consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque o conteúdo destes acontecimentos é praticamente ilimitado. Não é possível relatar mais que uma fração do que já ocorreu, e o relato do historiador nunca corresponde exatamente ao passado...Em segundo lugar, nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações, etc., e não 'UM' relato. Já que o passado passou, relatos só poderão se confrontados com outros relatos, nunca com 'O' passado.(...) a história...está fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como narrador. Ao traduzir o passado em termos modernos e usar os conhecimentos que talvez não estivessem disponíveis antes, o historiador descobre não só o que foi esquecido sobre o passado, mas também reconstitui coisas que antes, nunca estiveram constituídas como tal. Assim, as pessoas e as formações sociais são captadas em processos que só podem ser vistos retrospectivamente, enquanto documentos e outros vestígios do passado são tirados de seus propósitos e funções originais para ilustrar, por exemplo, um padrão que nem remotamente tinham significado para seus autores(...) A história sempre dá nova feição às coisas.²

Falar de violência hoje, encarando-a como maior ou menor nos anos entre 1970 e 1999, é partir de uma premissa. A de que, em virtude do crescimento urbano e da complexificação das relações sociais e econômicas no interior da sociedade campinense, os rituais da violência só poderiam ter aumentado. Mas pensar assim, seria quase uma conclusão teleológica, no sentido de mostrar que apenas pelo caráter econômico e pelas relações conflituosas em torno das questões econômicas – riqueza de uns, pauperismo de outros – se explicariam os fatos históricos. Ao analisarmos as condições em que foram possíveis certos atos considerados violentos pelos diferentes discursos, temos

² JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2009, p.31 a 35.

como objetivo entender o que era considerado como tal naquela época e o que é entendido hoje.

Neste texto pretendemos apresentar alguns casos exemplos de violência entre populares e polícia e como os discursos proferidos nos jornais locais (Diário da Borborema – 1971-1985 e Jornal da Paraíba – 1972-1990) apresentavam os populares em seus momentos de tensão: com outros populares e com as forças policiais que deveriam manter a segurança e, por fim, ressaltar que os níveis de violência por mais assustadores que parecessem às pessoas da época, estavam muito abaixo dos praticados hoje, tanto em suas formas como em seus efeitos.

I – Tire o seu balaio do caminho, que eu quero passar com o meu poder!

Geraldo Augusto dos Santos, 44 anos, casado, morador do Conjunto Álvaro Gaudêncio (também conhecido como Vila das Malvinas), saiu no dia 21 de março de 1991 para vender umbus na rua Venâncio Neiva com outros companheiros de profissão. Infelizmente, naquele dia, o seu caminho cruzou com o de José Inácio Martins. O clima de tensão entre camelôs e fiscais da Prefeitura Municipal vinha aumentando naqueles dias de março, pois a área das ruas Venâncio Neiva e Cardoso Vieira (agora transformadas em Calçadas) havia sido alvo da proibição, por parte da PMCG, da venda ou comercialização de produtos agrícolas, como as frutas.

Naquela manhã de terça-feira, o fiscal da SSU (Secretaria de Serviços Urbanos) com mais dois colegas resolveram fazer uma nova fiscalização entre os ambulantes e José Inácio Martins, de 38 anos, morador da rua Santa Luzia, nº 248, na Estação Velha, tombou um balaio de Umbu*

...fato que revoltou os camelôs presentes ao local visitado pelos fiscais. Um grupo de camelôs partiu para o linchar os três fiscais da SSU, mas um deles ao perceber que levaria desvantagem, armou-se com um toro de madeira e investiu contra o vendedor de frutas Geraldo Augusto dos Santos, 47 anos, residente no conjunto Malvinas (Álvaro Gaudêncio). Golpeado violentamente à altura das costelas, Geraldo caiu agonizante enquanto seus colegas tentavam

investir contra o fiscal agressor, já que os colegas deste haviam corrido no meio da multidão³.

O caso de violência de fiscais da ordem pública e camelôs poderia ter sido encerrado ali, mas...

...enquanto Geraldo Augusto dos Santos era socorrido para o Hospital de Pronto Socorro de Campina Grande, o fiscal agressor sacou de uma faca peixeira e com ela em punho, tentava a todo custo se livrar dos duelos com os camelôs revoltados, assim como também intimidava a classe de vendedores revoltada com a brutal agressão sofrida pelo ambulante Geraldo Augusto dos Santos.

O que chama a atenção neste fragmento de história envolvendo estes dois populares que se encontraram naquela manhã é o local que cada um, supostamente, ocupava na hierarquia social e de como cada um defendia o seu ponto de vista sobre como devia ser a organização do espaço público. Os ambulantes vinham sendo denunciados pela imprensa e perseguidos havia muito tempo pela PMCG, desde a década de 1980, quando da ação do “Rapa” se intensificou nas administrações Enivaldo Ribeiro (1977-1983) e Evaldo Cruz (1983-1989). Todavia, nos anos de 1990, a crise econômica pela qual passava o país tinha levado contingentes enormes de desempregados à opção (ou falta de opção) do trabalho informal nas ruas das grandes e mesmo médias cidades. Possivelmente, o caso de Geraldo Augusto dos Santos era este. Casado, com dois filhos e uma esposa para sustentar, morando na recém ocupada Vila das Malvinas, como ficou conhecida a área anteriormente destinada ao Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio, o trabalhador não via na Campina Grande daqueles anos uma alternativa mais viável do que ser vendedor ambulante de frutas como vários de seus amigos e conhecidos.

O problema estava em que os fiscais da PMCG estavam decididos a impedir este tipo de comércio que, segundo alguns, enfeiava e sujava a cidade ou, mais precisamente,

³ Diário da Borborema, 22 de março de 1991; p.5. Em outra matéria publicada no D.B, na quarta-feira, dia 31 de julho de 1991, ficamos sabendo que Geraldo Augusto dos Santos morreu no Hospital e que a sua viúva Ana dos Santos, pretendia processar a PMCG pela ação de seus fiscais.

seu centro comercial. Causando um grande problema com relação ao visual do comércio. E daí o choque entre os dois homens. Apenas personagens de um drama, não escrito por eles, mas que se desenrolou de forma trágica para suas vidas, na medida em que os dois se conflitaram.⁴

O que ressalta desta ação dos fiscais da PMCG em época tão avançada da nossa pesquisa e na cronologia proposta para este texto, é o fato de que as forças de fiscalização se entendiam como forças de repressão, e que não consideravam suas ações como violentas, pois estariam amparadas no código de posturas da municipalidade.

Neste caso, o fiscal da Prefeitura, mesmo morando em local muito similar com o do seu agredido, não se entendia como um popular da cidade, pois sua farda e seu título lhe dariam o direito de reprimir, e se preciso fosse, agredir quem não acatasse sua determinação de sair do local. As condições econômicas do país e da cidade naquele momento histórico também não eram da sua conta. Ele estava ali apenas para cumprir uma determinação ou realizar sua tarefa.

Ele, fiscal, assim como os outros trabalhadores, sofria das mesmas dificuldades pelas quais passavam os brasileiros naquele momento de alta inflação, mas ele não podia admitir e nem lhe era permitido admitir, que alguns vendedores ambulantes estivessem ali apenas temporariamente, como parecia ser o caso de Marcos de Souza, outro comerciante de frutas no calçadão da Maciel Pinheiro, que teria declarado ao Jornal, que após o mês de dezembro iria deixar aquele trabalho, pois: “Eu estou aqui apenas para ganhar um dinheirinho extra para passar o final do ano.”⁵

Mas não eram somente trabalhadores ambulantes que eram presos ou vítimas de violência policial não. Às vezes, os apenas nomeados como trabalhadores eram “convidados” a comparecer à delegacia. Este parece ter sido o caso de Paulo Vieira dos Santos, de 22 anos, morador da rua do Sol em Santa Rosa, que após invadir a casa do

⁴ Em outra matéria do D.B, datada de 20 de dezembro de 1991, há referência à verdadeira batalha travada entre ambulantes e pedestres pelas ruas de Campina Grande. A imagem do “caos” urbano instalado pelos ambulantes nas esquinas principais da cidade, segue uma legenda que diz: Aos poucos os ambulantes vão invadindo os calçadões da cidade. p.8

⁵ Diário da Borborema - 20 de dezembro de 1991;p.8 nomeado a partir daqui como D.B

vizinho espancou uma criança e dizia não se lembrar de nada. O jornal o nomeia como trabalhador braçal, mas também o apresenta como consumidor de drogas lícitas e ilícitas. Paulo dizia não se lembrar de nada que havia feito, pois na hora do acontecido “estava puxando um fogo de queimar” que em outras palavras significava que estava a apreciar um cigarro de maconha. Além disto, o delegado teria declarado ao jornal que o indivíduo mostrara-se bastante esperto, sabendo defender-se deste o início, “mesmo arrotando aguardente da boa”⁶

Os desentendimentos entre populares se davam pelos mais diferentes motivos, como sói acontecer com os seres humanos onde quer que eles vivam. Todavia, o mais interessante nos discursos jornalísticos, seja do Diário da Borborema ou do Jornal da Paraíba, é a forma como tais órgãos de comunicação nomeiam, classificam e apontam os populares como seres desprovidos de razão, e capacidade de discernimento entre o certo e o errado. Em muitas matérias dos jornais o tom das notícias, que deveria ser sério dada a gravidade dos acontecimentos para a vida das pessoas, aparece quase em tom jocoso, como no caso de *Mena de tal* (assim mesmo nomeada sem sobrenome, que merecesse figurar nos jornais), que foi agredida com oito golpes de faca (peixeira) por não querer deixar de ser amante do pai do agressor. Este, o agressor, de nome Luis Sebastião de Souza, residente à rua Prefeito Francisco Camilo, 269, teria afirmado que...

“...ainda tentou uma solução através de uma conversa com Mena, mas esta quer(ia) mesmo levar seu pai para sua casa definitivamente, razão pela qual ele foi se afobando mais ainda” e que só não a matou “porque a peixeira não ajudou”⁷

II - A violência real e a violência representada pelos jornais

Nos jornais pesquisados (Diário da Borborema e Jornal da Paraíba) há uma ênfase exagerada nos casos envolvendo populares. Pessoas simples, ditas, do povo. Esta incidência de notícias poderia levar o leitor a imaginar que a violência que se tinha à época, era, assim como hoje, algo relativo somente aos pobres, aqueles moradores de

⁶ Jornal da Paraíba, 27 de janeiro de 1972; p.7 nomeado a partir daqui como J.P

⁷ J.P 09 de fevereiro de 1972; p.7

favelas ou dos bairros populares da periferia. Essa hipótese foi levantada, justamente por causa da marcante recorrência de matérias envolvendo populares em situações não amistosas e a notável ausência de artigos que tratem de violência envolvendo pessoas de camadas sociais mais abastadas.

Notamos claramente que havia certa seleção de casos a serem explorados pela mídia, ou seja, aqueles que trariam maior repercussão e, conseqüentemente, tornariam a vendagem do jornal mais lucrativa. Além disto, ao analisarmos a linguagem utilizada em algumas matérias dos jornais, percebemos que há uma preocupação em manter certa aproximação com o leitor⁸ através do emprego de termos presentes no cotidiano das pessoas, abstando-se de uma linguagem formal, em muitos casos, até mesmo para causar mais impacto ao relatar o ocorrido. Esta característica aparece, na maioria das vezes, nas manchetes das matérias, o que confirma nossa hipótese de que este apelo por uma linguagem coloquial e, de certa forma escandalosa, tem como maior objetivo atrair e impactar o leitor.

Assim, temos alguns exemplos de manchetes do JP e do DB que fazem este tipo de jogo de palavras e sentidos, ora para enfatizar a violência, ora para, supostamente, facilitar o entendimento ou uma aproximação com o leitor popular através de uma linguagem marcadamente coloquial:

“Comerciário preso na via pública por prática de atos libidinosos (*JP* 30.01.1972)

“Desordeiro mata mulher do baixo meretrício com 16 peixeiradas (*D.B* – 18.04.1984)

“Mulher atingida com um balaço na perna” (*JP*, 22/02/1976, p. 7)

“Banhada em sangue mulher recorre à Polícia” (*JP*, 16/03/1976, p.7)

“Deu carinho e recebeu bofetões do esposo” (*JP*, 16/09/1976, p. 9)

“Esborrachou a cara de uma mulher, no Baixo Meretrício”

⁸ Campilongo (1992) afirma que: Não se pode ignorar, também, que uma das formas mais sutis e perigosas de violação de direitos reside na linguagem. A condenação do estilo “chulo” e “popularesco” [...] é reveladora de grande preconceito. Impedir o acesso do leitor a essa forma de jornalismo por razões estilísticas, significa discriminar e excluir do direito à informação uma expressiva parcela da população. Folha de São Paulo. Novo manual da redação. São Paulo, 1992

(*JP*, 18/06/1977, p. 10)

Além disto, percebemos que os escritores das matérias do *JP* e do *DB* muitas vezes apelam para o cômico, para o lúdico, como forma de expressar situações de conflito. Isto parecia ser algo mais comum quando se tratava de assuntos políticos, onde muitos articulistas e jornalistas utilizavam o humor como forma de aproximar-se do leitor, ao mesmo tempo em que criticavam a ordem estabelecida. Porém, no que se refere às notícias envolvendo violência, este tipo de recurso acabava reforçando a banalização da violência, especialmente contra a mulher e o desrespeito a sua dignidade.

O toque de humor à fatalidade das tragédias leva os leitores [...] a contactar com uma violência filtrada pela comicidade, o que, do ponto de vista de alguns críticos, institui a violação de princípios éticos que asseguram respeito ao ser humano e ao seu sofrimento, seja ele agressor, vítima ou audiência. (DIAS, 1996, p. 98)

Senão vejamos,

“Malandros pintam o sete e são intimados pelo delegado Rui Barbosa (*JP* 27.01.1972)

“Mundana tenta suicídio com gilete no meretrício (*D.B* – 18.9.1984)

“Vendeu amor e recebeu maus-tratos” (*JP*, 06/11/1976, p. 9)

“Dava ‘Show’ de ‘Kung-Fu’ e foi preso” (*JP*, 11/08/1977, p. 10)

“Bateu na esposa porque o Treze não bateu Campinense” (*JP*, 30/08/1977, p. 10)

Ademais, afirma CHALHOUB (2001), “cada história recuperada através dos jornais [...] é uma encruzilhada de muitas lutas: das lutas de classe na sociedade, lutas estas que se revelam na tentativa sistemática da imprensa em estigmatizar os padrões comportamentais dos populares – estes “brutos”!”. Vemos, a partir das observações deste autor, que a linguagem jornalística cria estereótipos sociais, pois que acaba por associar a violência e o gosto por ela aos populares, pessoas de nível educacional “inferior”, como se fosse algo inerente ao pobre e somente a ele o envolvimento recorrente em situações não amistosas. Assim, atribui-se ao povo o desejo, a ânsia pela

violência, e ao jornal o papel de satisfazer este desejo quase que “natural” deste grupo social. Enfim, o bordão que se adota neste tipo de discurso é “dar ao povo aquilo que ele quer”.

A crítica que fazemos se refere menos à linguagem do que aos objetivos a que supostamente atribui-se o seu uso. Assim, se por um lado busca-se garantir o acesso do leitor popular às notícias, por outro o sensacionalismo que envolve as matérias da página policial demonstra que os jornalistas queriam (e querem até hoje) atribuir aos pobres certo apreço por um tipo de reportagem que explora a violência, já que são nas manchetes das páginas policiais onde mais encontramos o emprego da linguagem coloquial e de palavras que trazem maior impacto quando do relato de situações violentas.

III – Violência contra as mulheres e formas de reação

A violência exercida sobre as mulheres também é um dos temas mais frequentes que aparecem nos jornais locais. Todavia, a partir das conquistas obtidas pelo movimento feminista a partir dos anos de 1970 o tema da violência doméstica contra a mulher torna-se uma das principais bandeiras de luta das mulheres brasileiras. A partir de então as mulheres foram conquistando alguns direitos e um deles foi a criação das delegacias especializadas para elas, que tomaram impulso a partir do final dos anos de 1980 e se fixaram em diferentes regiões do País nos anos de 1990.

A cidade de Campina Grande também passou por esse processo de criação da delegacia especializada da mulher. Criada no ano de 1989, depois de muitas tentativas de instalação por problemas funcionais e estruturais, a delegacia foi definitivamente ativada em 1989. Segundo Jornal da Paraíba⁹ a delegacia de início não foi ativada porque:

Delegacia da mulher- a instalação da delegacia da mulher em Campina Grande dependia apenas de um local para o seu funcionamento. As próprias agentes femininas foram designadas para procurarem uma

⁹ Caderno do Jornal da Paraíba, Campina Grande Terça feira, 01/10/1989, reportagem, delegacia é desativada

casa onde funcionaria a delegacia da mulher, porém esse órgão não mais será instalado. Na capital do Estado, a delegacia feminina já havia sido instalada, mas já foi fechada devido à falta de agentes.

O jornal da Paraíba nos mostra alguns motivos para a não instalação da delegacia da mulher, mas acreditamos que a delegacia também não foi instalada por motivos políticos, devido a necessidade do governo do Estado contratar funcionários para o melhor funcionamento das delegacias.

No ano de 1989 a cidade de Campina Grande teve o privilégio de ter uma delegacia especializada da mulher, isto vinha repercutindo em todo o Brasil devido a necessidade de coibir os crimes contra as mulheres. No ano de 1990, o jornal da Paraíba divulgou matéria sobre o primeiro aniversário da delegacia especializada da mulher na cidade¹⁰, que com muita luta a sociedade teria conseguido conquistar :

Considerada uma das mais movimentadas delegacias da mulher, completa hoje o seu primeiro ano de atividades em Campina Grande, atendendo o mais diversificado caso de ocorrência, aquele setor passou a ser um dos mais freqüentados. Criada especificamente para tratar dos problemas ligados à mulher, a delegacia, de acordo com o que revelaram suas componentes, já registrou queixas de homens. Por esta razão o fluxo de pessoas foram (sic) extensos durante praticamente todos os dias de expediente. Cerca de 3.200 intimações foram expedidas, tendo sido efetuadas até 297 prisões. Foram instaurados 105 inquéritos e registradas 366 queixas tendo três pessoas sido condenadas. Foram 38 flagrantes, além de 43 casos de lesão corporal; 9 de ameaças; 8 de difamação; 5 de estupro; 9 de sedução; 12 por furto e 4 por homicídio.

Considerações finais

Podemos perceber que no primeiro ano da delegacia um alto índice de registros de crimes contra a mulher ocorreu, o que demonstra que anteriormente as pessoas em geral e as mulheres em particular não tinham um canal para expressar suas queixas, agindo muitas vezes de forma violenta ao vingarem-se de seus agressores ou apenas calando-se diante das agressões. Segundo dados da própria delegacia da mulher, em seu

¹⁰ Segundo Caderno, pág.6. Campina Grande, 07/07/1990, reportagem: delegacia faz primeiro aniversário.

primeiro ano de existência a maioria dos crimes recebia penas leves, pois de 366 queixas e 105 inquéritos policiais, só três pessoas foram condenadas. Lamentavelmente, isto pode indicar que os crimes contra as mulheres, mesmo depois da criação da delegacia em sua maioria ainda continuavam impunes. Contudo, a existência da Delegacia ajudou a frear os impulsos violentos de alguns homens em suas ações contra as mulheres.

Com relação a isto foi realizada a pesquisa sobre a violência doméstica contra a mulher em Campina Grande, a partir de Dados estatísticos de inquéritos policiais (IPL) ¹¹da Delegacia Especializada da Mulher de Campina Grande – Paraíba, que possam de alguma forma dar respostas sobre este problema. A delegacia foi criada em 1989 e a partir de então foi possível construir esta tabela com dados sobre a violência contra a mulher (1989 a 2011).

Tabela 1 – Dados da violências contra as mulheres em Campina Grande (1989-2011)

IPL	QUANTIDADE
1989	46
1990	117
1991	66
1992	29
1993	41
1994	56
1995	78
1996	112
1997	145
1998	40
1999	42
2000	50
2001	42
2002	26
2003	41
2004	84
2005	47
2006	139
2007	409
2008	337
2009	345
2010	469

¹¹ Os dados

até 13/09/2011, pela pesquisadora Janaina Diniz

Além disto, percebe-se que os casos de violência relatados no JP e no DB, na maioria esmagadora dos casos, refere-se a histórias de pessoas moradoras de bairros pobres, ou que exercem trabalhos que não exigem muita qualificação profissional ou mesmo formação escolar completa (como os ambulantes apresentados páginas antes), enfim, pessoas que não possuem prestígio social, que não são da classe média, nem das chamadas elites da cidade.

Quando falamos em violência neste trabalho, adotamos um sentido mais amplo do termo, ou seja, adotamos uma definição que distingue estados de violência de atos de violência:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p.11)

Para concluir, temos a certeza de que os casos contados aqui e os muitos outros que ficaram presos nos quadros diagramados dos jornais, nos ajudam a entender que a violência real, exercida por e sobre homens e mulheres da cidade de Campina Grande, entre os anos de 1970 e 1990, não é em nada menor ou menos importantes do que aquela sofrida pelos moradores da cidade de hoje. Nenhum problema do passado pode ser colocado como menos importante, mas apenas representado como algo diferente que, escapa ao historiador do tempo presente, por possuir outros sentidos e outras possibilidade de representação. A violência e o combate à violência representados

através dos discursos jornalísticos não é nem uma parcela da violência real sofrida por tais homens e mulheres, por pessoas de carne e osso e não apenas de tinta e papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2009, p.31 a 35.

MAFESSOLI, M. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo. Ed. Ática, 1989.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de Souza – **Populares na Cidade: Vivências de trabalho e de lazer**; João Pessoa; Ideia; 2011.